



Tribunal de Contas
do Estado da Paraíba

Diagnóstico da Transparência Pública na Paraíba

**Resultados Consolidados do Programa Nacional de
Transparência Pública (PNTP) - Ciclo 2025**

Um relatório sobre a avaliação dos portais de transparência das
452 Unidades Gestoras do Estado da Paraíba.

Novembro de 2025

A Missão: Padronizar e Fiscalizar a Transparência em Nível Nacional

O Programa Nacional de Transparência Pública (PNTTP) é uma iniciativa da ATRICON e dos Tribunais de Contas do Brasil. Seu objetivo é orientar, estimular e fiscalizar a transparência das informações públicas em todo o país.

Foco da Avaliação: A análise se concentra na **transparência ativa**, onde os dados são disponibilizados de forma espontânea nos portais oficiais, independentemente de solicitação.



O Universo Avaliado: 452 Entidades Públicas na Paraíba

O ciclo de 2025 incluiu uma análise completa das principais entidades públicas do estado, abrangendo todos os poderes e níveis de governo.



Poder Executivo

Governo do Estado e
Prefeituras Municipais



Poder Legislativo

Assembleia Legislativa e
Câmaras Municipais



Poder Judiciário

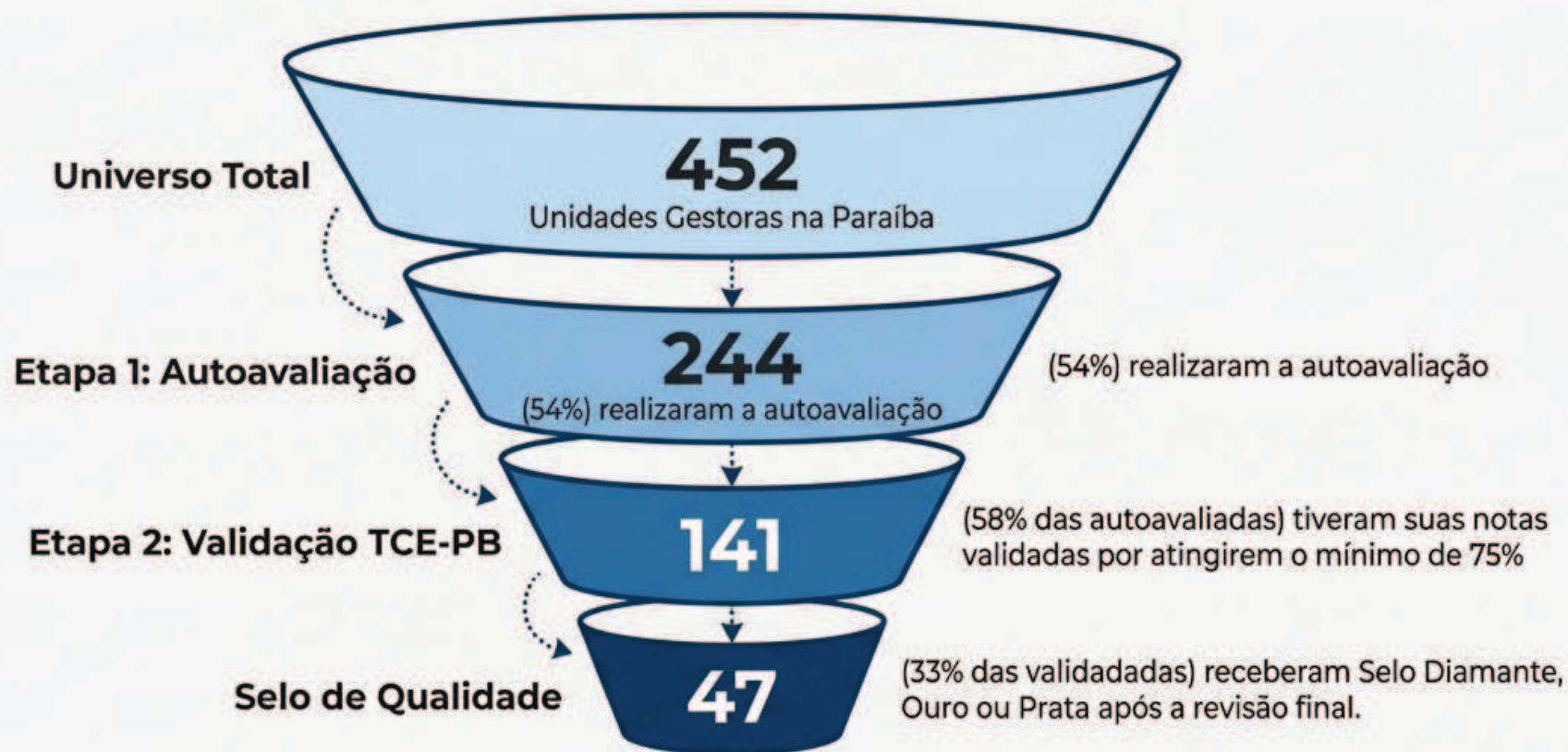
Tribunal de Justiça



Órgãos Essenciais

Ministério Público,
Defensoria Pública e
Tribunal de Contas

O Funil de Escrutínio: Da Participação à Excelência Comprovada



Insight Principal: Menos da metade das unidades participou, e a validação revelou um cenário drasticamente diferente da autoavaliação.

O Hiato da Transparência: Percepção vs. Realidade Verificada

**A Autoavaliação:
Como as unidades se avaliaram**



**O Resultado Final:
O que o TCE-PB confirmou**



Conclusão em Destaque: A validação do TCE-PB corrigiu uma superestimação generalizada nos índices de transparência, demonstrando a necessidade crítica de verificação independente.

O Impacto da Validação em Números

-34

PONTOS PERCENTUAIS

Das **94 unidades gestoras** cujo índice foi validado e recalculado:

- Apenas **1** teve sua nota mantida.
- As outras **93** tiveram o índice reduzido, com uma **queda média** de aproximadamente **34 pontos**.

Destaque da Transparência 2025

Apesar dos desafios, 47 unidades gestoras demonstram excelência e conquistam o Selo de Qualidade em Transparência Pública.



Selo Diamante
4 Unidades Gestoras



Selo Ouro
22 Unidades Gestoras



Selo Prata
21 Unidades Gestoras

Nota: As listas completas de agraciados estão disponíveis no Anexo I do relatório.

O Padrão de Excelência: Selo Diamante

Câmara Municipal de Sumé

Índice 2025: **95,85%**
(Evolução de Intermediário em 2024)



Câmara Municipal de Barra de Santa Rosa

Índice 2025: **95,27%**



Câmara Municipal de Mataraca

Índice 2025: **95,24%**



Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

Índice 2025: **95,07%**
(Evolução de Ouro em 2024)



Pontos de Atenção Crítica

O processo de validação revelou três desafios principais que exigem ação imediata para o fortalecimento da transparência na Paraíba.

1.



Discrepâncias Graves:
Unidades com quedas drásticas de pontuação após a validação.

2.



Baixo Engajamento:
Unidades que se autoavaliaram com índices muito baixos.

3.



Não Participação: Um número significativo de entidades que não realizaram a autoavaliação.

Ponto Crítico 1: Discrepâncias Superiores a 60 Pontos

Nove unidades gestoras tiveram seus índices de autoavaliação drasticamente reduzidos após a validação pelo TCE-PB, indicando falhas severas no processo de autoavaliação ou na própria transparência.

- ↘ Câmara Municipal de São Bentinho
- ↘ Prefeitura Municipal de Santa Helena
- ↘ Prefeitura Municipal de Sousa
- ↘ Câmara Municipal de Camalaú
- ↘ Câmara Municipal de Alcantil
- ↘ Prefeitura Municipal de Aroeiras
- ↘ Prefeitura Municipal de Caraúbas
- ↘ Prefeitura Municipal de Santa Cruz
- ↘ Câmara Municipal de Itabaiana

Ponto Crítico 2: Autoavaliações com Nível ‘Inicial’ ou ‘Inexistente’

Treze unidades gestoras se autoavaliaram com índices inferiores a 30%, revelando um descumprimento básico dos requisitos legais de transparência. Quatro delas se atribuíram nota zero.

- Prefeitura Municipal de São Sebastião do Umbuzeiro
- Prefeitura Municipal de Santa Inês
- Prefeitura Municipal de Camalaú
- Prefeitura Municipal de Sobrado
- Prefeitura Municipal de Parari
- Prefeitura Municipal de Riachão do Bacamarte
- Câmara Municipal de Alagoinha
- Prefeitura Municipal de Malta
- Prefeitura Municipal de Várzea

Com nota zero:

Prefeitura de Piancó
Prefeitura de Mulungu
Prefeitura de Riachão
Prefeitura de Uiraúna

Ponto Crítico 3: A Ausência de Participação

208

Unidades Gestoras (46% do total)
não realizaram a autoavaliação em 2025.



Análise Detalhada



41 UGs abandonaram o programa

Participaram em 2024 (11 delas com selo de qualidade), mas não se avaliaram em 2025.



167 UGs são não participantes crônicas

Não se avaliaram nem em 2024 nem em 2025. Este grupo inclui 73 Prefeituras.

O Caminho a Seguir: Recomendações e Próximos Passos

Para as 9 UGs com redução drástica (>60 pontos):

Ação: Notificação do resultado e acompanhamento pela Auditoria quanto ao cumprimento da LAI e LC 131/2009.

Para as 13 UGs com autoavaliação <30%:

Ação: Notificação do índice e acompanhamento similar pela Auditoria.

Para as 167 UGs não participantes crônicas:

Ação: Notificação da situação e planejamento de verificação pela Auditoria sobre o cumprimento das leis de transparência.

Para as 41 UGs que abandonaram o programa em 2025:

Ação: Contato proativo em 2026 para incentivar o retorno à participação no PNTP.

Anexo: A Rigorosa Metodologia por Trás dos Resultados

Seção 1: Classificação dos Critérios



Essenciais

Informações cuja ausência impede o recebimento de transferências voluntárias (LC 101/2000).



Obrigatórios

Divulgação explicitamente prevista em leis.



Recomendados

Boas práticas que são estimuladas.
Boas práticas que são estimuladas.

Seção 2: Níveis de Transparência e Concessão de Selos



Diamante: 95% a 100% (+ 100% dos critérios essenciais)



Ouro: 85% a 94,9% (+ 100% dos critérios essenciais)



Prata: 75% a 84,9% (+ 100% dos critérios essenciais)



Elevado: 75% a 100% (sem 100% dos essenciais)

Outros Níveis: Intermediário, Básico, Inicial, Inexistente.

Plataforma: Avaliações gerenciadas via sistema AVALIA da ATRICON.

Transparência Pública: Uma Obrigação Contínua

A transparência não é uma obrigação, é uma obrigação legal e um pilar da democracia.
Os resultados de 2025 fornecem um diagnóstico claro e um roteiro para a ação.

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba continuará a fiscalizar, orientar e apoiar a jornada de cada gestor em direção à excelência na gestão pública.



Elaborado pela Equipe de validação das informações do PNTP 2025
(Portarias TC nº 78/25 e nº 130/25).